

ta condensação do processo partidário

Foto: Antoninho Perri



necessário jogo realista, o partido acaba sendo capaz de equilibrar-se melhor no que diz respeito à fidelidade ao compromisso social, até porque tende a ser mais cobrado quanto a isso. Há uma diferença entre os partidos, não acho que PT e PSDB se confundam sem mais, mas sem dúvida há uma proximidade.

JU – O que pode resultar dessa convergência em torno do centro?

Fábio Wanderley Reis – É afortunado, do ponto de vista da dinâmica geral, que haja essa convergência. Teremos eventuais descolamentos mais para a esquerda ou mais para a direita. Mas os dois partidos podem ser vistos ambos como progressistas.

JU – Como ficam os outros partidos?

Fábio Wanderley Reis – Se você tem uma polaridade em que se torna fatal que a disputa se dê entre PT e PSDB, é fatal também que haja as coalizões um pouco mais à direita e à esquerda. Enquanto não tivermos um bipartidarismo para valer, é inevitável que os dois protagonistas busquem apoios.

JU – Críticas históricas do PT, entre as quais a edição indiscriminada de medidas provisórias e a opção pela ortodoxia na condução da economia, foram incorporados pelo governo. A votação da MP que dá status de ministro ao presidente do Banco Central, Henrique Meirelles, revelou uma cisão, já que dos 90 deputados do partido, 28 votaram contra e 10 não foram à sessão. Como o senhor vê esse racha?

Fábio Wanderley Reis – As cisões são inevitáveis. É natural que haja tensões e clivagens num partido, como o PT, que nasceu com um ideário socialista e, aos poucos, vai tendo que se acomodar às realidades do jogo eleitoral e da experiência de administrar o país em todos os níveis. O que não quer dizer que não haja bons motivos, ocasionalmente, de o partido ou o governo ser cobrado. Nem tudo o que o governo faz se justifica pura e simplesmente em nome de um necessário realismo nas ações...

JU – O caso Waldomiro Diniz é emblemático.

Fábio Wanderley Reis – O episódio pode ser colocado como uma esquinha. O governo Lula e o PT perderam uma oportunidade de marcar a diferença diante do realismo excessivo. Afinal de contas, você pode ter considerações técnicas que levam à perplexidade e a disputas no âmbito da administração econômica, mas em relação a princípios éticos não há espaço para isso. O PT corre o risco de comprometer um capital simbólico importante, e que se mostra importante para a eficiência governamental.

JU – Como assim?

Fábio Wanderley Reis – Há uma certa idéia de eficiência, um pouco míope, que se apóia na busca da espartezza em cada esquina do jogo cotidiano. E há uma outra perspectiva em que a atitude exemplar é instrumental para garantir rumo, inclusive para assegurar condições de governabilidade. Se você começa a ser mostrar esperto aos olhos de certo tipo de parlamentar, por exemplo, você abre as portas da barganha, é um convite ao jogo de oportunismo. Claramente, o PT ficou devendo em relação a isso. Coisas como esse episódio e o uso excessivo de MPs ilustram uma disposição hiper-realista. O governo e Lula, em particular, inclusive por suas origens, teriam que se preocupar em não abrir mão desse capital simbólico e de exemplaridade. A partir do episódio Waldomiro Diniz, ao longo do primeiro semestre deste ano, tivemos coisas como aquela precipitação no caso do jornalista Larry Rohter, com o risco da desmoralização definitiva do governo na eventualidade de uma decisão contrária da Justiça.

Isso indica um certo desassossego, uma certa inconsistência, que me parece o resultado da falha e do desgaste produzidos pelo impacto inicial do episódio envolvendo Waldomiro Diniz. O governo passou em muito maior medida, do que seria o caso de se desejar, a depender de boas notícias econômicas. A minha inclinação é que o governo teria menos a perder viabilizando a CPI do que adotando a atitude ambígua que adotou e tergiversando em relação às denúncias sérias envolvendo o homem forte do José Dirceu.

JU – Fala-se muito que esse desvio ético e uma certa postura autoritária podem desembocar numa afronta aos princípios republicanos. O senhor concorda com a crítica?

Fábio Wanderley Reis – Isso é, em boa parte, jogo político. Se é possível falar do componente republicano como a idéia da virtude cívica, o PT é que tem sido principista, e até acusado pela adesão supostamente rígida a propósitos solidários e cívicos. Na medida em que o discurso de denúncia da incompetência econômica desapareceu com o êxito da política econômica, a oposição buscou – e encontrou – outros argumentos. Por outro lado, acho que não é o caso de deixar inteiramente na sombra o fato de que, como parte do ideário original do partido, você tem sim um certo resquício de desprezo aos princípios da democracia liberal. Acho que a leitura em termos de autoritarismo se vale disso. Não há dúvida de que há sectarismos dentro do PT que resultam num compromisso duvidoso com a democracia.

JU – É possível fazer uma projeção do cenário futuro?

Fábio Wanderley Reis – A expectativa é favorável. Entendo que a polarização PT-PSDB pode resultar em algo parecido com o bipartidarismo, com uma simplificação da estrutura partidária de significado positivo. É afortunado o fato de termos uma certa condensação do processo partidário em torno dessas duas opções. Ambas são democráticas e consistentes, e potencialmente representam, como disse, defesas contra o populismo personalista, pragmático e corrupto. A minha expectativa é a de que isso possa ter continuidade. Até onde eu posso discernir o futuro, acho que a tendência vai nessa direção. A democracia já está certamente dando um passo importante com a simples experiência de ver o PT chegar ao poder e permanecer nele. O rumo que o processo político toma com a disputa entre PSDB e PT me parece algo alvissareiro do ponto de vista da democracia brasileira.

JU – Que avaliação o senhor faz dos pontos principais da reforma política?

Fábio Wanderley Reis – As coisas são muito complicadas, são muitos temas. Acho que temos tido com muita frequência, especialmente no meio acadêmico, mas também no debate político geral, certa tendência à simplificação e a tomadas de posição imaturas. A minha postura é pelo experimentalismo, até onde isso seja possível. Não fico nem do lado do pessoal que acha que não tem que haver mudança, nem do lado daqueles que acham que é preciso mudar tudo. É preciso haver a tentativa de equilibrar o esforço de engenharia política – para corrigir defeitos – com uma disposição de permitir que as coisas “decantem”, para usar uma expressão que Tancredo Neves andou utilizando com relação ao processo de transição para a democracia. Afinal de contas, as instituições só passam a ser reais na medida em que ganham consistência e passam a ser parte real do contexto relevante para o cotidiano. É preciso lançar raízes na psicologia coletiva.

JU – De que maneira?

Fábio Wanderley Reis – Tem que haver uma certa disposição a deixar que as coisas “rolem” e amadureçam,

mas isso não pode ser entendido como proibindo a disposição de experimentar. Para dar um exemplo, não vejo muito sentido em que não se experimente com relação à tensão entre proporcionalismo e majoritarismo, ou em que não seja testado aquilo que se costuma designar como sistema “distrital misto”, o modelo alemão. Trata-se da tentativa de combinar um critério majoritário com outro proporcional, de maneira a potencializar as virtudes das duas orientações. Claro que há problemas “técnicos” mais ou menos complicados envolvidos na proposta (como definir os distritos ou as listas de candidatos, por exemplo), mas certamente é o caso de se experimentar nessa direção. Acho que a questão central da reforma política é que há uma tensão, em quase todos os itens, entre duas perspectivas. A primeira é o apego a uma preocupação de representatividade democrática – é preciso representar adequadamente todos os partidos etc. A outra é a preocupação com a eficiência – um regime majoritário tende a ser mais coeso e mais capaz de colocar em prática suas políticas.

JU – Como poderia ser solucionada essa equação?

Fábio Wanderley Reis – Como disse, no plano geral não dá para dizer senão que é preciso buscar equilíbrio, reconhecendo que as coisas são complicadas. Mas há dois pontos em relação aos quais é possível ser firme, ter posições inequívocas. Um é o financiamento público das campanhas. Como venho dizendo, temos o direito de voto assegurado igualmente para todos, mas o direito de ser votado está longe de estar também assegurado para todos. Depende do controle privado de recursos. Ainda que possa também ser tecnicamente complicado colocar em prática com êxito o financiamento público, acho que tem que haver um esforço nessa direção. Outra coisa, e aqui acho que minha posição se opõe a uma tendência mais geral, é a questão do voto obrigatório. Vejo com muita frequência a defesa do voto facultativo. Trata-se, na minha opinião, de uma defesa insustentável. Não vejo por que falar simplesmente do voto como direito e não também como dever. Afinal de contas, o cidadão não é só aquele sujeito carregado de direitos mas também um sujeito com sentido de responsabilidade social e cívica. Além disso, há o fato (que acho o mais importante especialmente no Brasil, com nossa desigualdade) de que pelo mundo afora a sociologia eleitoral mostra que, onde você tem voto facultativo, quem mais deixa de votar são os que pertencem aos setores populares, os mais excluídos. É o pessoal com menos recurso, menos educação e intelectualmente mais pobre.

JU – O senhor acha que esse fenômeno se repetiria no Brasil?

Fábio Wanderley Reis – No caso do Brasil, se você criar o voto facultativo estará criando também um fator adicional de exclusão em condições gerais que já são excludentes. Não se pode pretender que isso seja um avanço.

JU – E justamente num momento em que cresce a participação popular nas eleições, como mostra pesquisa feita recentemente por Bruno Speck.

Fábio Wanderley Reis – Esse crescimento provavelmente está associado à densidade que alguns dos partidos estão ganhando junto ao eleitorado popular. O eleitor passa a se identificar, mesmo aquele mais desinformado. Na medida em que PSDB e PT se confrontam, você cria um certo Fla x Flu, que é inequivocamente um componente que passa a estar presente na cabeça do eleitor popular. Isso produz certa mobilização. O voto facultativo certamente afastaria uma parcela substancial do eleitorado popular do processo eleitoral, que é para esse eleitorado justamente o grande momento de mostrar a cara e participar de uma decisão de importância. Fora desse mo-

mento, no cotidiano, todos os governos tendem a ser mais sensíveis aos poderosos, ao pessoal que controla as alavancas econômicas.

JU – O senhor escreveu recentemente que há uma perplexidade com os efeitos da globalização. O senhor poderia detalhar?

Fábio Wanderley Reis – Com a intensificação da globalização, se coloca em escala planetária um problema que se viveu no período moderno em escalas nacionais: é preciso criar, em correspondência com o substrato econômico, um poder capaz de atuar de maneira a disciplinar o jogo do mercado e buscar neutralizar seus efeitos negativos. Está patente que isso é atualmente uma necessidade no plano global. Na medida em que os mercados passam a atuar em escala planetária e afetando dramaticamente a vida de diversos países, torna-se crucial que você possa ter um instrumento de regulação, no limite, um governo mundial.

JU – Qual seria o papel dos estados nacionais nesse cenário?

Fábio Wanderley Reis – Seriam os atores desse esforço de construção, mesmo com todo o enfraquecimento de que são vítimas. Várias coisas positivas acontecem nessa direção: a integração europeia; o fato de que um organismo como a OMC se mostra um espaço de decisões que acabam sendo relevantes, e que o Brasil tem sabido utilizar de maneira hábil; a emergência da China e seu impacto... Naturalmente, há estados e estados. A idéia de que a globalização produz enfraquecimento do estado se aplica muito mais a um estado como o brasileiro do que ao estado norte-americano. Mas não há alternativa a que o estado brasileiro e os demais estados supostamente fracos tratem de ser também os agentes da construção institucional em escala transnacional.

JU – Nesse contexto, como senhor vê o renascimento do ideário desenvolvimentista?

Fábio Wanderley Reis – Diria que não há como abrir mão do desenvolvimentismo sob perspectiva, como orientação, como algo que envolve a idéia de que de alguma forma é necessário promover socialmente o país, e melhorar o acesso da população a condições de vida dignas. O problema que se coloca é como você atua eficazmente com relação a esse objetivo desenvolvimentista nas circunstâncias novas que estamos vivendo, nas quais uma social-democracia transnacional evidentemente não é um objetivo viável num futuro visível – sem falar de que a social-democracia se mostra problemática atualmente até no plano nacional. A respeito disso, na verdade, o que existe é uma enorme perplexidade. É essa a esquina. Acabo de ler um livro de um cientista político inglês, Christopher Pierson, sob o título de *Escolhas Difíceis (Hard Choices)*, que é uma tentativa de resgatar a social-democracia diante de críticas atuais (como a crítica na verdade inconsistente de Anthony Giddens, que resultou na chamada “Terceira Via”). Eu próprio estou convencido de que não temos alternativa a não ser tratar justamente de recuperar a social-democracia, com a riqueza de experimentos institucionais que ela envolveu na busca de equilíbrio entre a dinâmica do jogo capitalista, de um lado, e, de outro, um estado capaz de administrar o capitalismo com sensibilidade social e de procurar produzir um certo igualitarismo solidário. Acontece que a dinâmica que vivemos não deixa ver como você pode efetivamente assegurar isso. O exemplo do livro de Pierson é relevante porque, apesar das simpatias social-democráticas do autor, as conclusões são muito frustrantes como indicação do caminho a ser percorrido. Tomara que a gente acabe descobrindo – ou inventando – o caminho.